

RECURSO ESPECIAL Nº 1.791.222 - RO (2019/0006098-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **FAUSTO MANOEL E SILVA**
ADVOGADOS : **ROSECLEIDE MARTINS NOÉ - RO000793**
: **VITOR MARTINS NOÉ E OUTRO(S) - RO003035**
: **JAQUELINE JOICE REBOUÇAS PIRES NOÉ - RO005481**
RECORRIDO : **MARCELO LAVOCAT GALVAO**
ADVOGADO : **NEIDY JANE DOS REIS E OUTRO(S) - RO001268**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENHORA. PROVENTOS DE APOSENTADORIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR. EXCEÇÃO À IMPENHORABILIDADE PREVISTA NO ART. 833, § 2º, DO CPC/2015. PRECEDENTES. RECURSO DESPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por Fausto Manoel e Silva, com fulcro no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pela Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, assim ementado (e-STJ, fl. 1.164):

Agravo de instrumento. Penhora. Salário. Possibilidade. É viável a penhora sobre o salário líquido do devedor, contudo, deve ser limitada a percentual que não prejudique a sua subsistência e a de sua família.

Opostos embargos de declaração, estes não foram conhecidos.

Nas razões do apelo extremo, o insurgente aponta violação ao art. 833, IV, do CPC/2015, aduzindo, em síntese, que os proventos de aposentadoria se constituíam em verba impenhorável.

Contra-arrazoado o feito (e-STJ, fls. 1.247-1.260), o recurso foi admitido na origem (e-STJ, fl. 1.262), ascendendo os autos a esta Corte Superior.

Brevemente relatado, decido.

A respeito da questão jurídica objeto da controvérsia, observa-se que o Tribunal de origem entendeu que seria possível a penhora de parte dos proventos de aposentadoria do devedor, considerando que se trataria de dívida alimentar.

A propósito, confira-se o excerto abaixo transcrito sobre o tema (e-STJ, fls. 1.162-1.164):

A irresignação do agravante cinge-se na penhora do percentual de 30% do salário do agravado, servidor público aposentado do Ex Território Federal de Rondônia.

No caso em análise, após tentativa de penhora online, foi requerida e deferida pelo juízo a pesquisa de bens via BACENJUD e RENAJUD, porém estas restaram infrutíferas (fl. 1021, ID Num. 14722649), esgotando-se todos os meios para localização de bens executados, o agravante requereu a penhora de 30% dos vencimentos líquidos do agravando (fls. 1032/1035, ID Num. 16181141), solicitação indeferida pelo magistrado.

O art. 833 do CPC/15 dispõe que os vencimentos, salários e remunerações são impenhoráveis. Todavia, é certo que a jurisprudência desta Corte sedimentou-se no sentido de que a penhora de percentual do salário é possível, desde que não comprometa o sustento do devedor e não implique em ofensa ao princípio constitucional da dignidade humana.

(...)

Ao se analisar a possibilidade de penhora de valores salariais do indivíduo, deve-se ter em mente o confronto de valores atinentes ao princípio da dignidade humana e ao da efetividade das relações comerciais e da prestação jurisdicional ao tratar-se de obrigação oriunda de título extrajudicial.

Dessa feita, é importante, nos casos concretos postos em discussão, averiguar se a penhora de verba salarial eventualmente trará prejuízos ao sustento e manutenção do devedor e de sua família, permitindo, assim, que o negócio firmado anteriormente entre as partes ou a própria decisão judicial condenatória sejam cumpridos, atingindo a efetividade que a sociedade deles espera.

Acredito que o pensamento relativamente à penhora de percentual de salário do devedor precisa evoluir, notadamente, considerando as recentes alterações feitas no processo civil que prestigiam o direito do credor receber o que é seu por direito, e o consequente cumprimento das obrigações assumidas pelas pessoas buscando afastar o arrastamento por anos de ações de execução e cobrança.

Tanto é assim que a expressão utilizada nas disposições do artigo 833, IV, do CPC, trata de quantias "destinadas ao sustento do devedor e sua família", o que evidencia um entendimento mais liberal acerca daquilo que, efetivamente, foge ao alcance da constrição judicial.

O objetivo primordial da função social do art. 833 do CPC é evitar a retenção salarial abusiva, pois tem o salário o escopo de garantir a sobrevivência digna do indivíduo, e, pelo regime estatutário, outro também não deve ser o entendimento (art. 45 da Lei 8.112/90).

No caso em análise, o agravante não logrou êxito quando efetuou buscas via BACENJUD, e perante o RENAJUD a magistrada singular determinou apenas o bloqueio quanto a circulação dos veículos localizadas, quais sejam, 4(quatro) motocicletas (fls. 85/86, ID Num. 3551686).

Assim, tendo se esgotado todos os meios para localização de bens executáveis, o agravante requereu a penhora no valor de 30% dos

vencimentos líquidos do agravando, solicitação que foi indeferida pela magistrada sob o argumento de que há entendimento jurisprudencial de vedação da penhora de verbas salariais do devedor, exceto para pagamento de dívida alimentar, o que não é o caso.

Contudo, no caso, a pretensão do agravante consiste na possibilidade de penhora de benefício previdenciário do agravado para o pagamento de honorários de advogados, e que segundo o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça são considerados verba alimentar, sendo, portanto, possível a penhora sobre verbas remuneratórias para o pagamento da dívida (AgRg no AREsp 632.356/RS, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/03/2015, DJe de 13/03/2015).

Ademais, há informação acostadas nos autos de que o agravado está inativo pelo Ex Território do Estado de Rondônia e é aposentado por invalidez permanente. Todavia, não há nos autos demonstração do valor líquido recebido.

Entretanto, o próprio agravado trouxe aos autos a informação de que possui empréstimo consignado no valor de R\$ 370.047,07, cuja parcela mensal é de R\$ 8.294,47, conforme se observa no extrato às fls. 1142/1144 (ID Num. 3757572).

Dessarte, pela verossimilhança trazida aos autos, conclui-se que se o agravado possui condições para efetuar uma transação neste porte, torna-se imperiosa a penhora sobre os proventos de aposentadoria para pagamento dos honorários de advogados.

Contudo, em homenagem ao princípio da dignidade da pessoa e em atenção à regra da impenhorabilidade pela função social, não se deve permitir descontos de valores que inviabilizem a sobrevivência digna do devedor.

O STJ já se manifestou sobre o assunto no seguinte sentido:

(...)

Não obstante, tenho por inviável a penhora requerida de 30%, momento em que estabeleço a penhora no percentual de 15% sobre o valor líquido auferido pelo agravado, o que se demonstra razoável e não viola o princípio da dignidade humana. Isso considerando também o fato da parte ter que manter sua subsistência e de sua família.

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso para determinar que seja realizada penhora de 15% dos vencimentos líquidos mensais do agravado até que a dívida seja integralmente quitada.

Esse entendimento se harmoniza com a jurisprudência desta Corte Superior, firmada no sentido de que os honorários advocatícios são considerados verba alimentar, inclusive para fins do disposto no art. 833, § 2º, do CPC/2015, sendo possível a penhora de verbas remuneratórias para o seu pagamento.

Ilustrativamente:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL.
PENHORABILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
VERBA ALIMENTAR. PERCENTUAL DE 30%.
POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. As turmas integrantes da Segunda Seção desta Corte Superior

firmaram entendimento de que "honorários advocatícios são considerados verba alimentar, sendo possível a penhora de verbas remuneratórias para o seu pagamento" (EDcl nos EAREsp 387.601/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 26/2/2015, DJe de 4/3/2015).

2. Os honorários advocatícios, contratuais ou sucumbenciais têm natureza alimentícia, sendo, assim, possível a penhora de 30% dos rendimentos da recorrida para seu pagamento.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1703312/RJ, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 29/08/2018)

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. PENHORA. SALDO DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO. FGTS. IMPOSSIBILIDADE.

(...)

3. O Superior Tribunal de Justiça, em linhas gerais, tem dado interpretação extensiva à expressão "prestação alimentícia" constante do § 2º do artigo 649 do Código de Processo Civil de 1973, afastando a impenhorabilidade de salários e vencimentos nos casos de pagamento de prestações alimentícias lato senso, englobando prestação de alimentos stricto senso e outras verbas de natureza alimentar, como os honorários advocatícios contratuais e sucumbenciais.

(...)

7. Recurso especial não provido.

(REsp 1619868/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 30/10/2017)

Diante do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator